

Manuela Ivone Cunha (org.), **Aquém e além da Prisão. Cruzamentos e Perspectivas**, Lisboa, 90 Graus, 2008, 256 páginas.

Na continuidade de um percurso de investigação sobre a prisão, a criminalidade feminina e as transformações nos dispositivos de controlo social, Manuela Ivone Cunha organizou esta colectânea de textos que se propõem reflectir sobre a prisão e o seu devir, enfatizando a sua relação com o contexto social mais vasto.

A chave para a leitura deste livro é, desde logo, oferecida pela própria autora no excelente capítulo que abre esta obra: a prisão como reveladora da sociedade, neste caso das transformações que as últimas décadas têm operado nas condições sociais do crime e no seu controlo. Cabe, pois, interrogar: o que existe aquém da prisão?

Aquém da prisão está o bairro e os seus actores, os gunas de que nos fala o capítulo elaborado por Luís Fernandes e a Marta Pinto. Mas o que está aquém do bairro? O que o converte em território produtor de ameaça endurece as vidas dos que lá nascem e os olhares que se lhes dirigem? A resposta tem sido avançada por muitos dos que estudam a delinquência juvenil em contexto urbano, desde Jock Young a Philippe Bourgois. No limiar das várias explicações possíveis, esbarramos sempre com a dimensão estrutural: a retracção do emprego operário (e do que esse emprego significava: um projecto de vida, uma ideia de futuro, solidariedades de grupo, uma identidade, uma certa construção da masculinidade), a fragilização cada vez mais acentuada do pouco trabalho disponível e o distanciamento da população destes bairros de um mercado de trabalho dito “moderno”, “ágil”, “flexível” e “tecnológico”. Para o qual, obviamente, a população em causa não tem o necessário capital cultural.

Os autores não nos propõem, contudo, reduzir a delinquência urbana às suas causas estruturais, regressando a Merton. O crime não é só estrutura, é também agência e significação. Já há alguns anos, Young enunciava a díade exclusão estrutural-inclusão cultural como aceleradora do crime. E a inclusão cultural é, hoje em dia, essencialmente a inclusão pelo consumo, pelo ter, pela imagem: as calças de ganga, os ténis de mola, o telemóvel e o carro *tunning*, de que nos fala também o texto do Luís Fernandes e da Marta Pinto. Ter é ser e o consumo é definidor de uma identidade que já não é — nem pode ser, nos dias de hoje, especialmente para esta população — definida pelo trabalho. Somos aquilo que consumimos e o nosso consumo define o nosso lugar no mundo. Assim, a pequena criminalidade, de tipo aquisitivo ou ligada ao comércio retalhista das drogas, é a resposta económica viável a esta necessidade identitária de ter para ser.

Mas não é apenas entre as populações mais precarizadas que a crise estrutural gera ansiedades identitárias. O *fear from falling* das classes médias-baixas tem sido exaustivamente descrito e a crescente ansiedade deste grupo, também cada vez mais precarizado, mas que tenta manter a sua respeitabilidade, é responsável, em larga medida, pelo que costuma chamar-se o sentimento de insegurança. Sentimento este que, segundo alguns autores, traduz um outro mais geral de desconforto, receio e medo que se cristaliza nas figuras óbvias da desordem simbolizadas por quem está um patamar mais abaixo na hierarquia social.

O sentimento de insegurança tende a associar-se à punitividade. Como anuncia o texto de Lois Wacquant, neste cenário falharam as previsões dos que vaticinavam há umas décadas atrás o declínio irreversível da prisão e a sua substituição pelo controlo de face *soft* das tecnologias de vigilância. Essas proliferam, é certo. Mas, como Wacquant mostra, ainda que o crime não tenha aumentado significativamente nos EUA nas últimas três décadas, a prisão floresce: nos EUA 1 em cada 20 homens está sob vigilância policial e esse número aumenta para 1 em cada 9 se falarmos de homens negros. Tal deve-se, essencialmente, à decisão política feita em torno do policiamento das drogas, acompanhada (nos EUA) da preferência pela prisão como resposta punitiva e pelo endurecimento das penas, nomeadamente a imposição de penas mínimas fixas para um certo número de crimes. A prisão converte-se, como diz Wacquant, no principal dispositivo regulador da pobreza, expandindo-se à medida que o investimento político e económico nas políticas sociais se retrai. A prisão gere as respostas delinquentiais produzidas como resposta à crise estrutural.

Existindo, seguramente, diferenças entre o contexto descrito por Wacquant e o que se vive em Portugal, o texto da Manuela Ivone Cunha sobre as relações entre o bairro e a prisão mostra claramente que também entre nós a guerra às drogas, especialmente as acções policiais de policiamento pró-activo, se traduz num fluxo constante de população do bairro para a prisão. Desta forma, na prisão encontram-se vizinhos, familiares e conhecidos, mais agregados pela lógica policial e judicial do que frequentemente alguma vez estiveram na sua actividade criminosa.

Tal muda, necessariamente, a própria prisão, reconfigurando o seu significado e a sua vivência, desde logo alterando a sua força enquanto produtora de estigma. Como nos diz Manuela Ivone Cunha, se há décadas atrás ser preso era vivido como uma interrupção na vida normal e algo que desafiava uma identidade anterior, hoje ser preso é, para os habitantes de certos bairros, uma etapa a mais na vida. Uma etapa partilhada com tantos dos que são próximos que já não é percebida como estigmatizante, sendo que a real estigmatização, decorrente da sua condição social e espacial, é simultaneamente prévia e mais profunda. Voltando ao texto do Luís Fernandes e da

Marta Pinto: “Nem imaginas o que é procurar emprego e dizer que se é daqui... eles tiram-te logo da lista. Vêem-nos como ladrões ou traficantes!” (p. 191).

A prisão inscreve-se, portanto, como local de passagem provável em alguns trajectos de vida, ao mesmo tempo que a retracção do investimento público nas zonas degradadas desvanece a presença nessas áreas de outras estruturas sociais. Esta dupla modificação leva a que se modifiquem também as utilizações da prisão pela população que gravita em seu torno. O texto de Megan Comfort evidencia claramente esta transformação, revelando a forma como, na ausência de outros mecanismos sociais e estatais que controlem a violência masculina, a prisão pode ser, em certa medida, entendida positivamente pelas companheiras dos homens presos. Contidos pela prisão, estes voltam a poder ser percebidos como homens bons e o romance pode continuar... entre as grades. Cá fora, sem grades que as protejam, a violência regressa. A prisão surge, portanto, como uma forma peculiar de apoio social para estas mulheres, protegendo-as da violência e legitimando um conjunto de comportamentos prévios à prisão (falta de apoio económico, distanciamento), mas que podem agora ser justificados pela reclusão do companheiro. Permite-lhes ainda construir uma imagem do companheiro como alguém regenerado, facto para o qual contribui a própria dependência dos reclusos em relação às suas mulheres, traduzida nas visitas, nas cartas e nas chamadas telefónicas.

De forma análoga, também o capítulo de Cláudia Resende explica que os próprios reclusos podem hoje encontrar na prisão um acesso muito mais facilitado a um conjunto de dispositivos, sejam eles de formação ou de tratamento, do que teriam no meio livre.

Significa isto então que a prisão se tornou menos instituição total? Sim e não ao mesmo tempo, dizem-nos os autores. Como alerta Resende, a face benévola da prisão não significa que se tenham anulado os seus efeitos de mortificação do eu, nem (como enfatiza Comfort) as suas consequências desintegradoras: precarização económica da família, monoparentalidade, redução da coesão social. Aliás, Comfort salienta claramente que a função de apoio social da prisão apenas existe porque os programas terapêuticos do emprego e do apoio à população mais fragilizada não cumprem o seu papel ou têm visto os seus orçamentos reduzidos. Por outro lado, no plano interno, a prisão também vê a sua função ressocializadora desafiada pela sua própria expansão, sobrelotação e reconceptualização, correspondendo mais a um mecanismo de contenção do crime do que a um dispositivo de normalização e regeneração. A própria expansão da população prisional de estrangeiros, abordada no último capítulo do livro por Hostettler e Achermann, compromete o projecto de ressocialização.

É, portanto, uma imagem de uma prisão em mudança que o livro organizado por Manuela Ivone Cunha nos oferece, transformada por forças que agem a seu montante e jusante e que alteram a sua função, significado e vivência. Com esta excelente colecção de ensaios ficamos a conhecer melhor a encruzilhada que atravessa a prisão, hoje, afinal, um retrato claro da encruzilhada social que se reflecte no actual perfil da criminalidade e do seu controlo.

Carla Machado

Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Antónia Pedroso de Lima e Ramon Sarró (orgs.), Terrenos Metropolitanos. Ensaios sobre Produção Etnográfica, Lisboa, ICS, 2006, 192 páginas.

Há muito que os antropólogos, para não dizer os cientistas sociais em geral, se questionam sobre as implicações da definição do *locus* nas suas investigações para uma apreensão dos seus objectos. Não seria essa, nem tão-pouco a discussão sobre a antropologia das/nas grandes cidades, a especificidade ou a originalidade de *Terrenos Metropolitanos. Ensaios sobre a Produção Etnográfica*. O que confere coerência e singularidade à obra, na sucessão dos seus diferentes artigos, é a forma como articula a reflexão sobre a posição do investigador quanto à construção ou delimitação dos “terrenos” — na maioria dos casos, multissituados — com uma postura crítica acerca das dimensões éticas, políticas e metodológicas implicadas no fazer etnográfico, tanto do ponto de vista do contacto com os sujeitos pesquisados como da sua expressão no resultado final do trabalho.

Colectânea de textos originalmente apresentados no seminário internacional *Terrenos metropolitanos: desafios metodológicos*, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Estudos de Antropologia Social do ISCTE em 26 e 27 de Junho de 2003, o livro reúne um conjunto de ensaios que procuram analisar criticamente a centralidade do “trabalho de campo” em antropologia e as múltiplas dimensões problemáticas que o atravessam a partir de investigações concretas em diferentes etapas de desenvolvimento.

O título da obra, ao mesmo tempo, revela e esconde o seu conteúdo. Começando pelas reflexões finais de João de Pina Cabral, “metropolitano” remete, como afirma o autor, para “uma forma de diversidade cultural” rela-